Nota Técnica

Perfil dos Contribuintes para Previdência Privada

Nº 43

Disoc

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Novembro de 2017

Rogerio Nagamine Costanzi

Otavio José Guerci Sidone

Cláudia Elizabeth Ashton de Araújo

Eldimara Custódio Ribeiro Barbosa

Alexandre Zioli Fernandes

Carolina Fernandes dos Santos

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura, Interino
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

PERFIL DOS CONTRIBUINTES PARA PREVIDÊNCIA PRIVADA

Rogerio Nagamine Costanzi[1]
Otavio José Guerci Sidone[2]
Cláudia Elizabeth Ashton de Araújo[3]
Eldimara Custódio Ribeiro Barbosa[4]
Alexandre Zioli Fernandes[5]
Carolina Fernandes dos Santos[6]

1- INTRODUÇÃO

No Brasil, há dois pilares públicos e obrigatórios que são o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). Existe um terceiro regime, que consiste na previdência complementar, de caráter facultativo e privado, que serve para complementar a renda derivada dos dois citados regimes obrigatórios. De modo geral, são mais comuns os estudos sobre o perfil dos contribuintes e beneficiários do RGPS e RPPS, sendo menos comuns na literatura análises similares para a previdência privada ou complementar. Contudo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) realiza a pergunta se a pessoa era contribuinte para a previdência privada, assim, a partir dessa pergunta, torna-se possível tentar montar um perfil relativamente básico dos contribuintes para a previdência privada. Exatamente com esse objetivo a presente nota está organizada da seguinte forma:

a) na segunda parte são apresentadas as estimativas amostrais da PNAD de quantos e quem são os contribuintes para a previdência privada ou complementar no Brasil;

b) na terceira seção são apresentados dados sobre a previdência complementar no Brasil a partir de registros administrativos, sendo feita uma análise de caráter descritivo apenas de entidades fechadas;

c) na quarta parte são apresentadas as conclusões e considerações finais.

2- PERFIL DOS CONTRIBUINTES PARA PREVIDÊNCIA PRIVADA PELA PNAD/IBGE

Como colocado, a PNAD/IBGE permite tanto estimar quantas pessoas contribuem para a previdência privada como traçar um perfil de quem são os segurados da previdência complementar no Brasil. No entanto, a análise não permite afirmar se o contribuinte pertence à uma entidade fechada ou aberta, sendo mais provável que a pergunta possa captar os dois grupos, sem a possibilidade de separação

1 Mestre em Economia IPE/USP e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício na DISOC/IPEA. As opiniões contidas na nota refletem a posição pessoal dos autores.
2 Especialista em Previdência Complementar.
3 Especialista em Previdência Complementar.
4 Especialista em Previdência Complementar.
5 Mestre em Economia pela EPGE/FGV e Professor da FATECS/UniCEUB.
6 Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília (UnB). Graduação em Ciências Econômicas pela UnB.

dos mesmos. De qualquer forma, também é importante enfatizar que se trata de uma estimativa realizada a partir de uma amostra e não um dado de universo obtido a partir de registros administrativos. Como se trata de informação declaratória, também é possível a existência de problemas de subestimativa, em especial, no que diz respeito ao segmento aberto da previdência complementar e que, como a contribuição às entidades fechadas possui caráter mais regular do que às abertas, há razões para se acreditar que a captação seja melhor para o segmento fechado. Ademais, trata-se do total de contribuintes em setembro de 2015 e não do estoque de quem já teria feito alguma contribuição anterior à referida data. Por essa razão, pode haver tendência de que as informações captadas sejam referentes ao segmento fechado da previdência complementar, e não ao aberto.

Pelos dados da PNAD/IBGE (tabela 1), em setembro de 2015, a estimativa é que havia cerca de 4,2 milhões de contribuintes para previdência privada ou complementar no Brasil[7]. Desse total, cerca de 2,2 milhões eram homens (52,8% do total) e 2 milhões eram mulheres (47,2% do total). Do ponto de vista de faixa etária, como seria esperado, há uma concentração na faixa intermediária entre 30 e 59 anos que concentra cerca de 3 milhões de contribuintes para a previdência privada, a qual representa em torno de 69,9% do total de contribuintes. Dito de outra forma, dois em cada três contribuintes para previdência privada estão na faixa de 30 a 59 anos. Esse total parece pequeno quando se analisa os dados da previdência complementar aberta, e tudo indica que a PNAD não consegue captar bem a contribuição para esse segmento, sendo mais compatível com o patamar de participantes do segmento fechado. Ademais, trata-se de um dado referente àqueles que se declararam contribuintes em setembro de 2015 e não deve captar o estoque daqueles que podem ter feito, em algum momento no passado, alguma contribuição para a previdência privada aberta[8].

No gráfico 1, mostra-se o histograma de contribuintes estimados com idade de 18 anos ou mais de idade. A partir desses dados, foi possível estimar a idade média dos contribuintes para previdência privada ou complementar em 44,2, 44,5 e 44,3 anos, respectivamente, para homens, mulheres e para ambos os sexos. Entretanto, os dados por faixa etária em valor absoluto tendem a ser relativizados, tendo em vista que refletem, em grande parte, a própria distribuição dos trabalhadores ocupados. Nesse sentido, é importante a análise da proporção de contribuintes para cada idade e sexo dos trabalhadores ocupados a fim de eliminar o efeito dos potenciais segurados por faixa etária.

TABELA 1
Contribuintes Previdência Privada em setembro de 2015 – Brasil – PNAD/IBGE

Faixa etária	Homem	Mulher	Total
até 19 anos	36.174	34.275	70.449

[7] Nessa estimativa foram excluídos casos para pessoas com menos de 16 anos, que eram absolutamente residuais. De acordo com dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em setembro de 2017, havia no Brasil um total de 1.894.573 participantes em planos de previdência para aposentadoria, conforme link disponível em <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/resp_quantprev.aspx com>; acesso em 02 nov. 2017. Mas há outros planos que são supervisionados pela SUSEP, como o Plano Gerador de Beneficio Livre (PGBL) e o Vida Gerador Benefício Livre (VGBL).

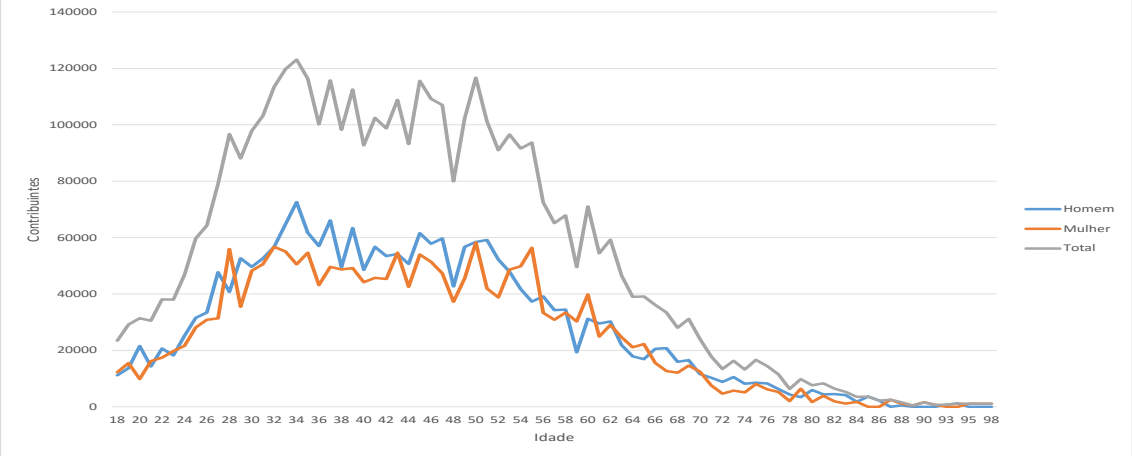
[8] Portanto, o dado não deveria ser comparado com o estoque de participantes da previdência complementar aberta.

20 a 29 anos	306.029	266.651	572.680
30 a 39 anos	593.866	506.304	1.100.170
40 a 49 anos	541.992	467.884	1.009.876
50 a 59 anos	423.927	421.735	845.662
60 a 69 anos	221.404	216.623	438.027
70 a 79 anos	80.152	63.303	143.455
80+ anos	28.986	19.935	48.921
Total	2.232.530	1.996.710	4.229.240

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE – consideradas apenas as pessoas com 16 anos ou mais de idade

GRÁFICO 1

Histograma ou Frequência da Idade dos Contribuintes para Previdência Privada por idade e sexo – Brasil PNAD/IBGE de 2015

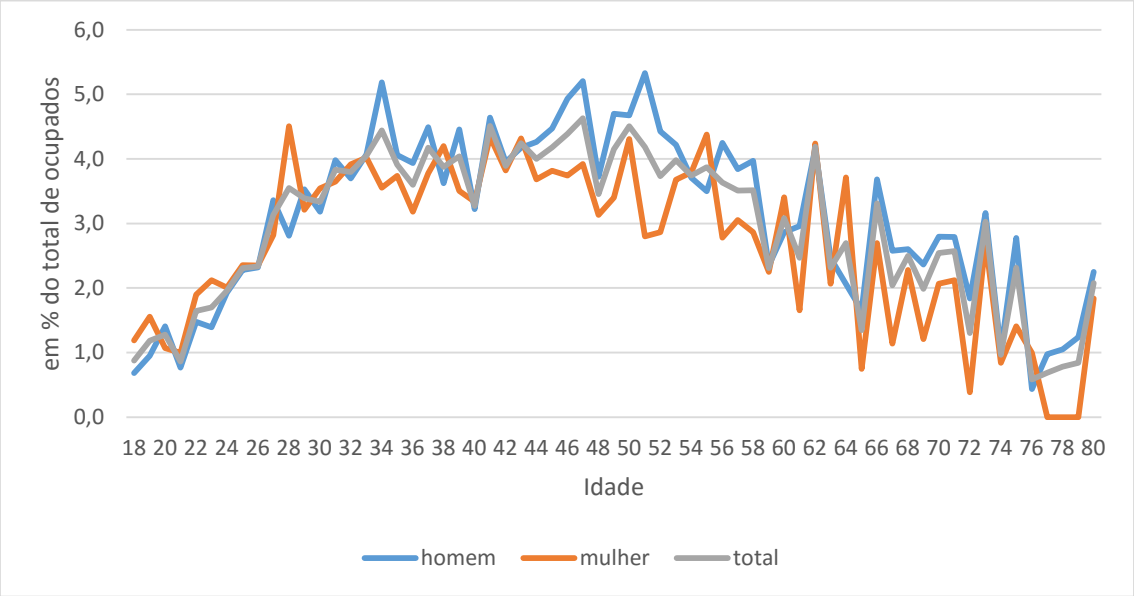


Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

De forma a tornar a análise mais condizente com a distribuição dos ocupados por faixa etária, foi construída uma série que trata a proporção de contribuintes para previdência privada por sexo e idade individual de 18 até 80 anos ou mais de idade. Quando se considera apenas os ocupados, excluindo desempregados e pessoas não economicamente ativas, o total de contribuintes para previdência privada cai para cerca de 3,1 milhões. A análise da proporção de contribuintes para previdência privada entre os ocupados por sexo e idade individual, mostra que esse percentual variou entre 0,0% a no máximo 5,3%, mas, em geral, variou no patamar entre 1% e 4%, que mostra que a contribuição para a previdência privada não é muito disseminada entre os trabalhadores brasileiros. Em média, apenas 3,5% dos homens, 3,2% das mulheres e 3,4% para ambos sexos, que estavam ocupados, contribuíam para previdência privada ou complementar. Observa-se que a proporção, tanto entre homens e mulheres, é maior justamente na faixa etária entre 30 e 50 anos.

GRÁFICO 2

Proporção de Ocupados com Contribuição para Previdência Privada em % do total de ocupados por sexo e idade – PNAD/IBGE – Brasil2015



Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

Outra possibilidade de análise de perfil consiste em observar a estimativa de segurados da complementar por posição na ocupação (tabela 2). Como já havia sido colocado anteriormente, são 3,1 milhões de ocupados com contribuição para previdência privada, sendo que deste total cerca de 1,5 milhão era de empregados com carteira de trabalho assinada, 502 mil de conta própria, 375 mil de empregadores e 387 mil estatutários e 202 mil empregados sem carteira de trabalho assinada. Entretanto, quando se considera a proporção do total de ocupados, nota-se que a contribuição para previdência privada é maior entre os empregadores (10,6%), funcionários públicos estatuários (5,5%) e empregados com carteira de trabalho assinada (4,2%). Portanto, a previdência complementar, como seria esperado, tem maior penetração justamente naquelas posições por ocupação que são caracterizadas por maior nível de rendimento e onde há maior probabilidade de encontrar trabalhadores com nível de renda acima do teto do RGPS ou INSS. Seria natural e esperado que a proporção de contribuintes para previdência complementar tenda a crescer à medida que se eleva o nível de renda. Com a possibilidade de crescimento da previdência complementar no âmbito dos RPPS, tendo em vista a proposta da PEC 287/2016 de tornar obrigatória a instituição do referido regime, que atualmente é facultativa, torna-se crível que o percentual de contribuição entre os funcionários públicos estatutários tenda a crescer ao longo do tempo caso seja aprovada a medida proposta. De qualquer forma, existe a possibilidade de algum crescimento em função da implementação recente da previdência complementar para os novos servidores do governo federal (Funpresp) e em algumas unidades da federação.

TABELA 2

Contribuintes para Previdência Privada em setembro de 2015

Brasil – PNAD/IBGE

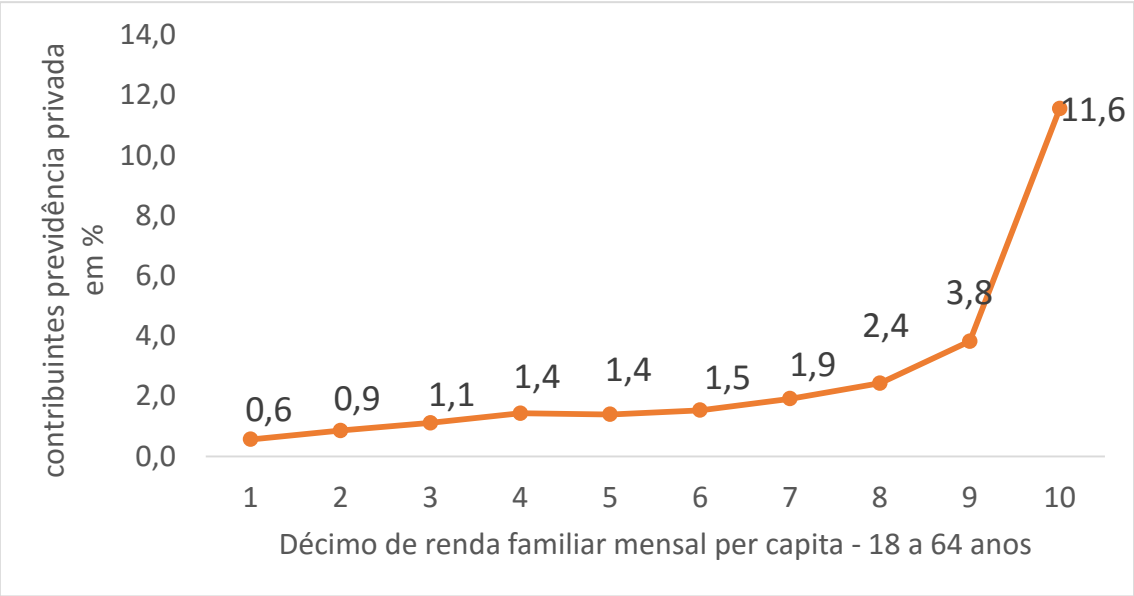
Posição na Ocupação	Trabalhadores Ocupados com 18 anos ou mais de idade	Contribuintes para Previdência Privada	Contribuintes do total de ocupados em %
Empregado com carteira de trabalho assinada	36.427.963	1.533.400	4,2
Militar	354.005	13.059	3,7
Funcionário público estatutário	6.973.272	386.757	5,5
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	12.401.150	201.538	1,6
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2.013.472	30.887	1,5
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4.139.359	53.713	1,3
Conta própria	21.606.270	501.948	2,3
Empregador	3.550.313	374.940	10,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3.452.492	5.934	0,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	95.218	2.720	2,9
Não remunerado	1.773.603	10.556	0,6
Total	92.787.117	3.115.452	3,4

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

Como seria esperado, o percentual de contribuição para previdência privada tende a crescer na medida em que cresce a renda do trabalho ou mesmo a renda familiar mensal *per capita*. Após separar as pessoas por renda familiar mensal *per capita* e considerar apenas aquelas pessoas com idade entre 18 e 64 anos, nota-se claramente essa relação de aumento de contribuição para previdência privada à medida que cresce a renda familiar mensal *per capita*, de tal sorte que entre os 10% mais pobres, o percentual era de apenas 0,6%, subindo de forma contínua para 11,6% entre os 10% mais ricos. Verifica-se que apenas no décimo de renda mais alta, o percentual de contribuintes para previdência privada superou o patamar de 10%, enquanto nos demais, o patamar de contribuição ficou abaixo de 4%.

GRÁFICO 3

Proporção com Contribuição para Previdência Privada em % do total por décimo de renda familiar mensal *per capita* – PNAD/IBGE – Brasil – 2015



Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

Considerando apenas os trabalhadores ocupados de 18 anos ou mais que contribuíam para previdência privada, a renda média do trabalho[9] deste grupo, em 2015, foi de R$ 5.517,46 (cinco mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos), mas o último decil da distribuição alcançava o patamar de R$ 12 mil (ver tabela 3). Claramente, como seria esperado, os contribuintes para previdência privada constituem um grupo que possui nível de renda acima da média dos trabalhadores brasileiros.

TABELA 3

Renda do Trabalho para Ocupados de 18 anos ou mais contribuintes para a Previdência Privada em setembro de 2015 – Brasil – PNAD/IBGE

Percentil ou Indicador	Valor em R$
Média	5.517
Mediana	3.100
Moda	5.000
10	900
20	1.300
25	1.500
30	1.800
40	2.500
50	3.100
60	4.100
70	5.500

[9] Foi usada a variável V 4719, que considera a renda total do trabalho para os ocupados de 18 anos ou mais que contribuíam para a previdência privada e não tinham rendimento ignorado (cerca de 3 milhões de pessoas). Foi considerado, no cálculo da média, pessoas com renda do trabalho igual a zero, embora o número de casos tenha sido residual.

75	7.000
80	8.000
90	12.000

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

Do ponto de vista da distribuição regional dos contribuintes para a previdência privada, há uma maior participação da região Sudeste, tanto por ser aquela com maior participação no total de ocupados, como também por ser aquela com maior percentual de contribuição entre os ocupados. Novamente, como seria esperado, a maior sobrerrepresentação (medida pela maior participação no total de contribuintes em relação à participação no total de ocupados) ocorre para as regiões mais ricas, ou seja, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto se observa uma sub-representação no caso das regiões mais pobres (Norte e Nordeste – ver tabela 4).

TABELA 4

Distribuição Regional dos Contribuintes para Previdência Privada e Ocupados – 18 anos ou mais de idade – Brasil – PNAD/IBGE – 2015

Região	Contribuintes previdência privada	Participação no total de contribuintes para previdência privada em %	% total ocupados de 18 anos ou mais de idade	% ocupados com contribuição para previdência privada em cada região ou Brasil
Norte	103.119	3,3	7,8	1,4
Nordeste	377.464	12,1	25,1	1,6
Sudeste	1.811.664	58,2	43,3	4,5
Sul	550.420	17,7	15,7	3,8
Centro-Oeste	272.785	8,8	8,0	3,7
Total – Brasil	3.115.452	100,0	100,0	3,4

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015

Uma análise relevante é a contribuição para a previdência privada para aqueles trabalhadores ocupados com renda até e acima do teto do RGPS/INSS. A análise mostra que enquanto a contribuição para a previdência privada chega a 19,8% entre aqueles ocupados de 18 anos ou mais de idade com renda acima do teto, o percentual cai para apenas 2,2% entre aqueles com renda até o teto (tabela 5). Os trabalhadores ocupados (18 anos ou mais de idade) com renda acima do teto respondiam por apenas 6,4% do total de ocupados, mas eram 38% do total de contribuintes da previdência privada. Portanto, do total de quase 5,9 milhões de trabalhadores ocupados com renda acima do teto, havia cerca de 1,2 milhão que contribuía para a previdência privada e cerca de 4,7 milhões que não eram contribuintes e correspondiam a um público potencial que teria condições de ampliar o regime complementar no Brasil (tabela 5). Por outro lado, embora a maior parte, em termos absolutos, de contribuintes para a previdência privada estivesse abaixo do teto, em termos percentuais, a incidência de contribuição era muito baixa. Esse dado deixa claro que um parâmetro essencial para estabelecer o tamanho e o potencial da previdência complementar no Brasil é justamente o valor do teto do RGPS/INSS na distribuição da

renda. No caso brasileiro, o teto estabelecido encontra-se em patamar elevado na distribuição de rendimentos, com um percentual reduzido de trabalhadores ocupados que ganham acima do teto. A fixação do teto também permite determinar qual a taxa de reposição dos trabalhadores com nível de renda mais elevado, sendo adequado do aspecto distributivo uma previdência pública que garanta maior taxa de reposição para aqueles de menor renda e uma menor reposição para aqueles que ganham mais, ou seja, o valor real do teto deve ser analisado tanto do ponto de vista fiscal quanto distributivo.

Entretanto, é nítido o fato de que o baixo nível de renda – de parcela relevante dos trabalhadores – e, portanto, baixa capacidade contributiva e de poupança, também atue como fator restritivo ao tamanho da previdência privada de caráter facultativo no Brasil. Nesse sentido, é esperado que o incremento nos rendimentos dos trabalhadores no mercado laboral, principalmente quando associado à capacitação em educação financeira e previdenciária, também possam atuar como importante fator de estímulo à previdência complementar no país.

TABELA 5
Contribuintes para Previdência Privada para renda até o teto do RGPS/INSS e acima do teto – Ocupados 18 anos ou mais de idade – Brasil – PNAD/IBGE – 2015

Faixa de renda do trabalho	Contribuintes para previdência privada	Ocupados com 18 anos ou mais de idade (contribuintes e não contribuintes)	Percentual de contribuição para previdência privada em %
Até o teto do RGPS/INSS	1.890.017	85.437.950	2,2
Acima do teto do RGPS/INSS	1.157.787	5.854.733	19,8
Total	3.047.804	91.292.683	3,3

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015 – o dado apresentado difere das tabelas de 2 a 4 porque exclui aqueles com renda ignorada.

Tendo em vista a lógica da expansão da previdência complementar ou privada, é interessante analisar o perfil desses trabalhadores que têm renda acima do teto e não contribuem para previdência complementar. Do total de cerca de 4,7 milhões de trabalhadores ocupados com 18 anos ou mais de idade com renda do trabalho acima do teto que não contribuíam para previdência privada, cerca de 1,3 milhão era de empregados com carteira de trabalho assinada (28,2% do total), cerca de 1,2 milhão de funcionários públicos estatutários (24,7% do total), cerca de 956 mil eram empregadores (20,4% do total) e cerca de 902 mil eram trabalhadores por conta própria (19,2% do total) (Ver tabela 6).

Deve ser considerado, também, que apenas empresas de Lucro Real são as que possuem vantagens tributárias na instituição de previdência privada para seus empregados, o que não acontece com as empresas de Lucro Presumido e do Simples, as quais, por sua vez, entretanto, já possuem tratamento tributário favorecido.

TABELA 6

Contribuintes e Não Contribuintes para Previdência Privada para trabalhadores ocupados de 18 anos ou mais de idade e renda acima do teto do RGPS/INSS – Brasil – PNAD/IBGE – 2015

Posição na ocupação	Contribuintes para previdência privada	Não contribuintes	Total de ocupados	% contribuição para previdência privada
Empregado com carteira de trabalho assinada	538.396	1.323.618	1.862.014	28,9
Militar	4.942	71.128	76.070	6,5
Funcionário público estatutário	177.690	1.159.242	1.336.932	13,3
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	48.956	281.776	330.732	14,8
Conta própria	153.446	902.266	1.055.712	14,5
Empregador	232.207	956.466	1.188.673	19,5
Total	1.155.637	4.694.496	5.850.133	19,8

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015 – o dado total não é o mesmo da tabela 5 porque foram excluídas as posições por ocupação com números pouco representativos

Outra análise importante diz respeito à evolução da contribuição para a previdência privada ao longo do tempo. Dado que a cobertura geográfica atual da PNAD foi alcançada em 2004, a análise compara os anos de 2004 e 2015. De modo geral, não houve grande alteração no percentual de ocupados, com a contribuição para a previdência privada tendo crescido de 3% para 3,4%, entre 2004 e 2015, permanecido nesse período em patamar baixo (tabela 7). Ademais, há que se considerar que se tratam de estimativas amostrais tanto para 2004 quanto para 2015. Chama atenção que o crescimento foi mais expressivo entre as mulheres do que para os homens, talvez denotando a melhora da inserção feminina no mercado de trabalho. Em termos de posição na ocupação, também chama atenção o incremento da contribuição entre os trabalhadores por conta própria, com relativa estabilidade entre empregados com carteira e empregadores. Cabe, contudo, questionar quais seriam as causas desse crescimento entre os trabalhadores de conta própria e mesmo suspeitar se, de alguma forma, esse incremento está relacionado com o processo de "pejotização" que gera migração de empregados com carteira de trabalho assinada, inclusive de renda elevada, para a posição de trabalhadores independentes ou se insere no contexto generalizado de incremento de renda que foi caraterístico do período. O crescimento da contribuição entre os trabalhadores de conta própria também pode estar vinculado ao aumento da importância dos planos de benefícios constituído por sindicatos, associações, cooperativas e outras formas. Em 2001, a Lei Complementar nº 109 foi alterada para estender a Previdência Complementar Fechada aos trabalhadores vinculados a entidades representativas, como sindicatos,

cooperativas, associações, órgãos de classe e outras entidades de caráter classista, profissional e setorial.

TABELA 7

Percentual de Contribuição para Previdência Privada entre trabalhadores ocupados de 18 anos ou mais de idade – Brasil – PNAD/IBGE – 2004 e 2015 – Em % do total de ocupados

Sexo	**2004**	**2015**
Homens	3,3	3,5
Mulheres	2,6	3,2
Total	3,0	3,4
Posição na Ocupação	**2004**	**2015**
Empregado com carteira	4,3	4,2
Militar	4,0	3,7
Funcionário público estatutário	6,1	5,5
Outros empregados sem carteira	1,4	1,6
Conta própria	1,9	2,3
Empregador	10,5	10,6

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2004 e 2015

Cabe fazer uma análise de quais são os fatores que aumentam ou diminuem a probabilidade de contribuir para a previdência privada, sendo que tal avaliação pode servir como subsídio para a formulação de políticas que tenham como objetivo ampliar o regime complementar. Uma forma de avaliar a referida probabilidade de contribuição para previdência privada consiste em estimar uma regressão logística binária a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015. Com esse objetivo, foram criadas algumas variáveis binárias ou *dummies*: a) 1 para contribuinte e 0 para não contribuinte; b) de sexo, sendo 1 para homem e 0 para mulher; c) variável de log da renda do trabalho; c) contribuinte para RGPS ou RPPS, sendo 1 para contribuinte e 0 para não contribuinte; d) rural, sendo 1 para quem vive em área rural e 0 para quem vive na área urbana; e) *dummies* para empregador, empregado com carteira de trabalho assinada e estatutário, sendo 1 quando o trabalhador estiver na respectiva posição na ocupação; f) *dummy* de idade para caso de idade de 55 anos ou mais, sendo 1 para 55 a 64 anos e 0 para idades de 18 a 54 anos.

O modelo foi estimado tanto para todos os ocupados como para apenas os ocupados com renda acima do teto do RGPS/INSS. Contudo, os dados apresentados na tabela 8 são apenas para os ocupados com renda acima do teto, uma vez que tal conjunto apresentou uma capacidade de previsão muito melhor do que no caso onde eram utilizados todos os ocupados[10]. Como esperado, quanto maior a renda do trabalho maior a probabilidade de contribuição, bem como ser contribuinte da previdência pública, empregador ou empregado com carteira aumentavam a probabilidade de contribuição. Por outro lado, ter 55 a 64 anos de idade, ser homem e viver na área rural eram características que diminuíam a probabilidade de contribuição para previdência privada relativamente, respectivamente, a ser mulher, viver na área

[10] No caso dos trabalhadores com renda acima do teto, o modelo acertou as previsões de contribuintes para a previdência privada em cerca de 63% dos casos e acerto global de 61,2%, mas usando um *cut point* de 0,2.

urbana e ter 18 a 54 anos de idade. Portanto, a análise reforça o ponto mostrado nas análises com os microdados da PNAD de que a magnitude da renda do trabalhador é um fator fundamental para explicar a maior ou menor contribuição para previdência privada. Um resultado interessante é que, embora as mulheres tenham menor nível de renda, quando se isola este e outros fatores, as mulheres têm maior probabilidade de contribuição do que os homens. Outro resultado interessante mostra que o fato do indivíduo ser estatutário, quando isolado de outros fatores, como o nível de renda, diminui a probabilidade de contribuição. Tal resultado pode decorrer da regra de integralidade e paridade que prevalecia até 2003, e que ainda é uma expectativa de direito adquirido para muitos servidores públicos, pois a garantia de se aposentar com o último salário e ter paridade de reajuste com o dos trabalhadores ativos pode atuar como um desestímulo à contribuição para a previdência privada.

TABELA 8

Regressão Logística Binária[11] para Contribuição Previdência Privada para Trabalhadores Ocupados com Renda Acima do Teto e Idade entre 18 a 64 anos

	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(B)
Log renda trabalho	,860	,002	153640,374	1	,000	2,363
Sexo	-,176	,002	5531,461	1	,000	,838
Cont RGPS RPPS	,224	,004	2836,502	1	,000	1,251
Rural	-1,631	,012	17297,525	1	,000	,196
Dummyempregador	,213	,004	3597,193	1	,000	1,238
dummyempregocarteira	,737	,003	52482,483	1	,000	2,089
Dummyestatutario	-,325	,004	7218,018	1	,000	,722
dummyidade55oumais	-,283	,003	8947,333	1	,000	,753
Constant	-9,384	,020	224179,877	1	,000	,000

Fonte: elaboração a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015.

3 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA COM DADOS DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Esta seção apresenta dados de registros administrativos da previdência complementar fechada. Foge ao escopo da nota apresentar dados de registros administrativos da previdência complementar aberta, segmento que também engloba um conjunto relevante de participantes. Como colocado anteriormente, não há clareza se a PNAD capta melhor o segmento fechado ou aberto, mas, aparentemente, os dados da PNAD parecem ser mais próximos do primeiro agrupamento e não parecem captar bem o segundo[12]. Por essa razão, a análise enfocará os dados administrativos do segmento fechado. O dado da PNAD, como colocado anteriormente, estima

[11] Em relação ao significado das variáveis citadas na tabela 8: a) log renda do trabalho e o logarítimo da renda do trabalho; b) sexo e uma variável *dummy* de sexo; c) cont RGPS RPPS consistem em um *dummy* da situação de contribuinte ou não contribuinte para RGPS e/ou RPPS; d) as *Dummies* de posição na ocupação eram para avaliar o impacto de estar na posição na ocupação referida (emprego com carteira, estatutário e empregador) ; e) dummyidade55oumais era uma *dummy* de idade para pessoas com 55 a 64 anos e 18 a 54 anos.

[12] De acordo com dados da SUSEP, em setembro de 2017, havia cerca de 5,4 milhões de participantes em PGBL e cerca de 1,9 milhão em planos tradicionais de aposentadoria. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/resp_quantprev.aspx>, acesso em 02 nov. 2017. Como colocado, trata-se de um dado de estoque e não do fluxo de contribuintes em 2017.

aqueles que se declararam contribuintes em setembro de 2015 e, nesse sentido, pode ser considerado um dado de fluxo naquele momento e não deve refletir o estoque daqueles que fizeram alguma contribuição em algum momento anterior a setembro de 2015.

3.1 Características Gerais do Regime de Previdência Complementar (RPC), no segmento fechado

No Brasil, o Regime de Previdência Complementar (RPC) é facultativo, autônomo em relação ao RGPS e fundamentado na constituição de reservas que irão assegurar o pagamento dos benefícios no futuro, ou seja, é um regime de capitalização. O RPC é operado por entidades que são classificadas em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) com especificidades e características diferentes, assim como órgãos distintos de fiscalização para cada segmento (fechado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc – e o aberto pela SUSEP).

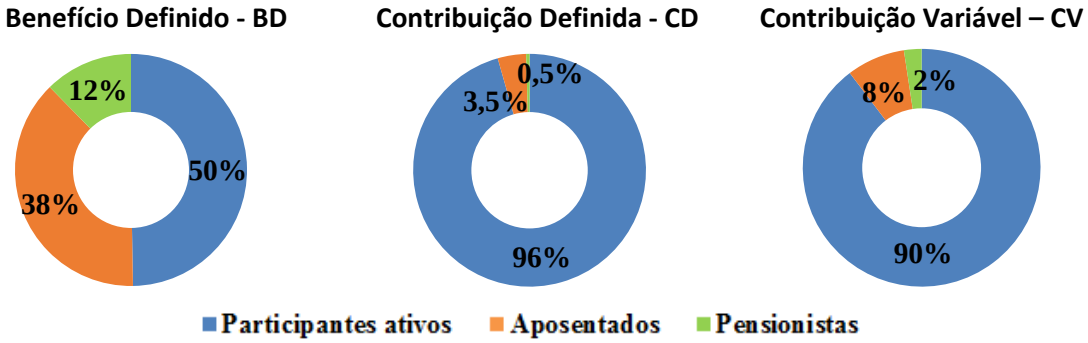
Atualmente, o segmento fechado de previdência complementar conta com 308 EFPCs, sendo 190 na região Sudeste, 53 na região Sul, 32 na região Centro-Oeste, 30 na região Nordeste e três na região Norte. Essas EFPCs possuem 2.705 patrocinadores (521 públicos e 2.184 privados) e 409 instituidores e um patrimônio da ordem de R$ 818,24 bilhões, valor correspondente a cerca de 12,7% do PIB.

As EFPCs administram 1.105 planos previdenciais, com o objetivo de pagar benefícios contratados de acordo com o regulamento de cada plano, e 33 planos assistenciais que estão em extinção. Os planos previdenciais apresentados em diferentes modalidades: Benefício Definido – BD (323), Contribuição Definida – CD (426) e Contribuição Variável – CV (356) possuem despesa anual da ordem de cerca de R$ 50 bilhões em benefícios para uma população de beneficiários de cerca de 739,2 mil aposentados e pensionistas. Quanto ao financiamento, as contribuições anuais atingem cerca de R$ 26 bilhões e são financiadas por cerca de 2,73 milhões de participantes do RPC.

3.2 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES POPULACIONAIS DO RPC NO SEGMENTO FECHADO

A população dos planos de benefícios das EFPCs é de cerca de 3,46 milhões de pessoas, entre participantes, aposentados e beneficiários de pensão. Desse total, cerca de 2,73 milhões são de participantes ativos (79%), 0,56 milhão são de aposentados (16%) e 0,17 milhão são de pensionistas (5%). Esses dados são referentes a dezembro de 2014.

FIGURA 1
Percentual da população: por modalidade de plano



Na decomposição dessa população por modalidade é possível identificar a maturidade populacional dos planos, entendida como a relação entre a quantidade de assistidos e de participantes ativos. Assim, quanto maior for o percentual de participantes ativos, mais novo é o plano, em contrapartida, quanto maior o percentual de assistidos, mais maduro é o plano. Nesse caso, podemos dizer que os planos de Benefício Definido são os mais maduros, uma vez que esses são os que possuem mais aposentados e pensionistas e, sendo, inclusive, aqueles que atualmente pagam benefícios com valores médios mais altos, conforme se verifica na tabela 9.

TABELA 9
Estimativa do benefício médio mensal

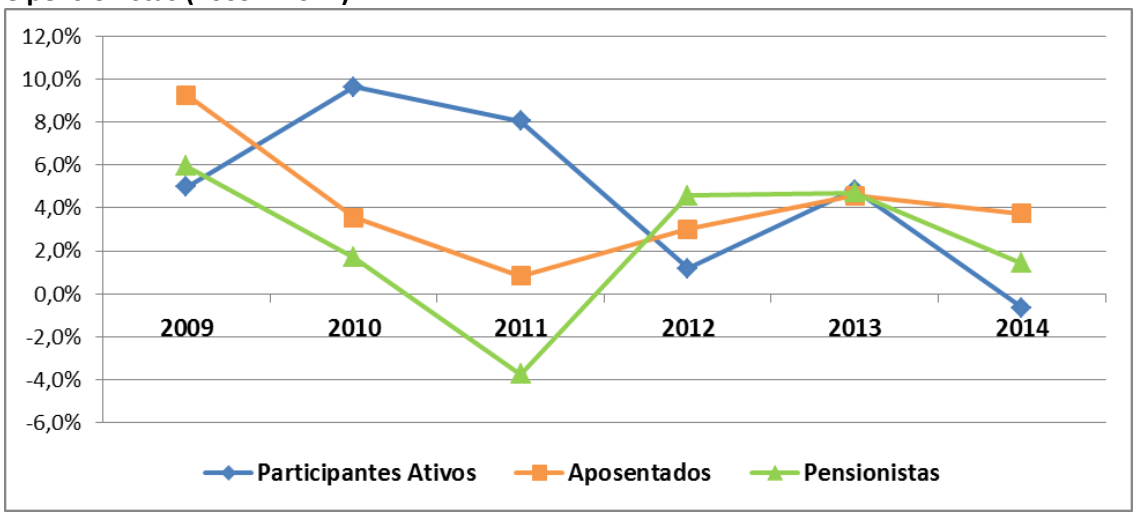
Benefícios	BD	CD	CV
Aposentadoria	6.483,57	6.161,15	2.861,95
Pensão	2.863,84	2.900,77	1.271,32

Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF
Benefício médio considerando dados populacionais (aposentados e pensionistas) de dez/2014 (última informação disponível) e os valores dos benefícios pagos em Julho/2017.

3.3. EVOLUÇÃO DOS TOTAIS DE ATIVOS/ APOSENTADOS/ PENSIONISTAS E PERFIL POR SEXO E IDADE

No período de 2009 a 2014, a evolução do número de participantes ativos, aposentados e pensionistas ao ano foi, em média, de 4,7%, 4,2% e 2,4% respectivamente, conforme a figura 2.

FIGURA 2
Evolução das taxas de crescimento da quantidade total de participantes ativos, aposentados e pensionistas (2009 – 2014)



Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

Entre os participantes ativos e aposentados, observa-se que a maioria é composta de homens (tabelas 10 e 11). Em relação aos pensionistas, a maioria eram mulheres (tabela 12). Entre os anos analisados (2009 a 2014), observa-se que 2013 foi aquele em que se atingiu o maior número de participantes, tendo caído 0,6% em 2014. A maioria dos participantes ativos estava na faixa etária entre 25 e 54 anos (79%). Como já mencionado, em 2014, a maioria dos participantes ativos eram homens (1,77 milhões), sendo que cerca de 80% estavam entre 25 e 54 anos e as mulheres (0,91 milhões) também estavam concentradas nesta mesma faixa de idade, mas percentualmente as mulheres tinham 11% na idade de até 24 anos e os homens 9%, ou seja, as mulheres tinham um perfil etário com maior concentração na faixa até 34 anos relativamente aos homens. A taxa de crescimento dos participantes ativos foi, em média, de 4,3% a.a. para os homens e 5,6% a.a. para as mulheres, no mesmo período (figura 3), que está condizente com o dado observado pela PNAD de um maior crescimento do percentual de ocupados com contribuição para mulheres do que para homens.

TABELA 10

Participantes Ativos, por sexo e faixa etária (2008 – 2014)

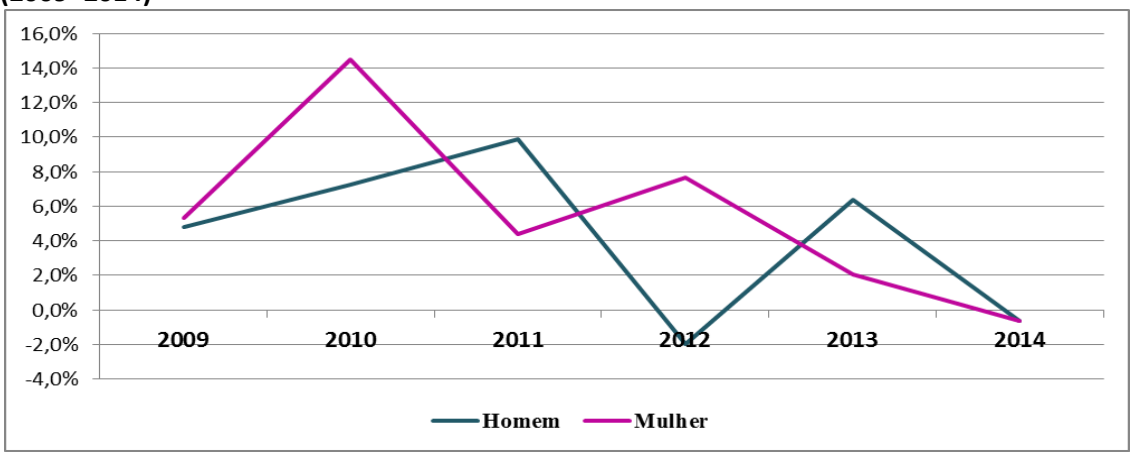
Em mil

FAIXA ETÁRIA	Série histórica: Participantes Ativos													
	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ATÉ 24 ANOS	150,06	98,74	127,95	81,59	148,95	99,59	156,20	105,53	154,16	101,05	155,80	96,73	156,51	97,45
ENTRE 25 E 34 ANOS	413,11	215,86	467,36	239,79	492,57	280,58	538,84	293,79	535,54	302,58	560,04	310,62	547,70	315,60
ENTRE 35 E 54 ANOS	684,87	281,36	708,00	302,97	759,12	339,01	818,58	344,43	785,85	387,79	851,63	395,94	859,60	388,51
ENTRE 55 E 64 ANOS	99,44	44,36	105,88	46,95	115,67	52,60	143,76	59,06	143,04	69,83	154,41	73,16	154,63	70,66
ENTRE 65 E 74 ANOS	24,86	15,53	24,84	16,25	26,23	18,14	35,68	20,73	38,04	23,64	38,96	24,94	32,89	24,46
ENTRE 75 E 84 ANOS	9,03	4,99	9,50	5,57	10,17	6,61	12,73	7,77	14,49	9,22	14,97	9,88	13,06	10,04
MAIOR QUE 85 ANOS	1,30	0,60	5,53	3,44	1,75	1,09	2,45	1,39	3,17	2,53	4,80	3,67	4,53	2,46
Total	1.382,66	661,42	1.449,06	696,55	1.554,45	797,61	1.708,22	832,69	1.674,30	896,64	1.780,61	914,94	1.768,93	909,18

Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

FIGURA 3

Evolução da taxa de crescimento da quantidade total dos participantes ativos, por sexo (2009–2014)



Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

No tocante aos aposentados (567 mil), em 2014, a maioria (44%) estava entre 55 e 64 anos, seguida da faixa de 65 a 74 anos (30%), sendo que a maioria também era de homens (74%). Considerando a faixa etária de 55 a 74 anos, chegava-se a 73% do total dos aposentados em 2014. Entre os anos de 2008 e 2014, o crescimento total foi de cerca de 27%, e a média de crescimento foi de 3,4% e 6,6%, para homens e mulheres, respectivamente, de acordo com a evolução demonstrada na figura 4.

TABELA 11

Aposentados, por sexo (2008–2014)

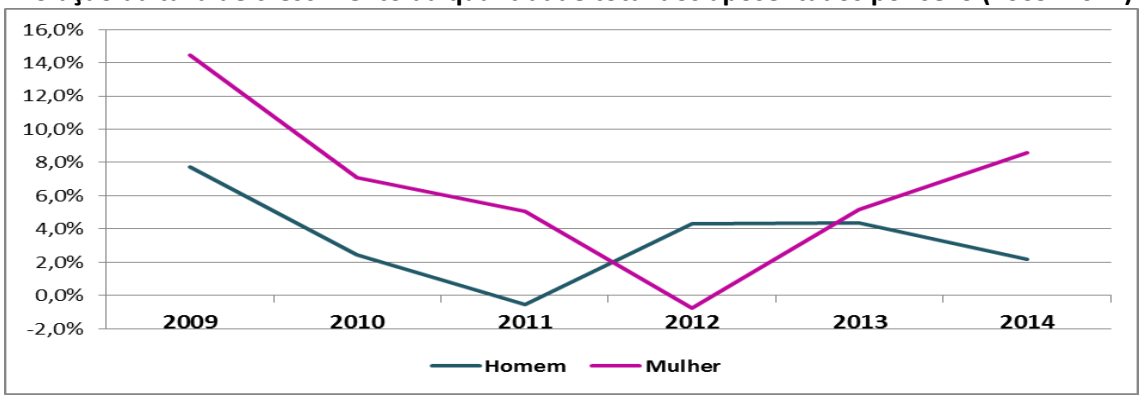
Em mil

FAIXA ETÁRIA	Série histórica: Aposentados													
	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ATÉ 24 ANOS	0,04	0,01	0,72	0,03	0,10	0,09	0,40	0,39	0,65	0,49	0,68	0,50	0,73	0,57
ENTRE 25 E 34 ANOS	0,16	0,07	0,16	0,07	1,50	1,00	0,22	0,17	0,64	0,23	0,57	0,21	0,70	0,32
ENTRE 35 E 54 ANOS	49,78	32,22	44,32	29,41	37,78	28,69	33,53	25,42	60,34	22,36	59,18	20,90	51,99	21,40
ENTRE 55 E 64 ANOS	154,67	48,16	165,94	59,76	170,38	65,99	171,90	71,50	162,86	71,55	166,34	74,09	166,61	80,60
ENTRE 65 E 74 ANOS	97,95	13,59	111,22	17,52	118,62	19,10	121,04	22,36	117,33	23,97	127,70	27,69	136,24	31,79
ENTRE 75 E 84 ANOS	35,99	5,27	41,61	6,53	43,62	6,66	43,09	7,78	43,59	7,81	47,02	9,30	52,52	9,27
MAIOR QUE 85 ANOS	5,89	0,93	7,15	1,42	8,30	1,34	8,05	1,49	9,13	1,71	10,30	2,07	11,87	2,37
Total	344,47	100,26	371,11	114,74	380,29	122,86	378,22	129,11	394,54	128,13	411,79	134,76	420,66	146,32

Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

FIGURA 4

Evolução da taxa de crescimento da quantidade total dos aposentados por sexo (2009–2014)



Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

Já os pensionistas estão mais pulverizados entre as faixas etárias, sendo que, em 2014, 23% estão entre 55 e 64 anos, 25% entre 65 e 74 anos e 19% entre 75 e 84 anos (tabela 12). Os pensionistas das entidades fechadas de previdência complementar em 2014 somavam 168 mil pessoas, sendo a maioria mulheres, mas esse perfil vem reduzindo gradativamente de 2008 para 2014, passando de 88% para 76%. O crescimento nesse mesmo período foi da ordem de 15%, e a faixa etária que mais cresceu percentualmente foi a de pessoas mais velhas (idade superior a 85 anos). No período de 2009 a 2014, a taxa de crescimento dos pensionistas foi de 18,8% para os homens, enquanto o total de mulheres pensionistas ficou estável (figura 5).

TABELA 12

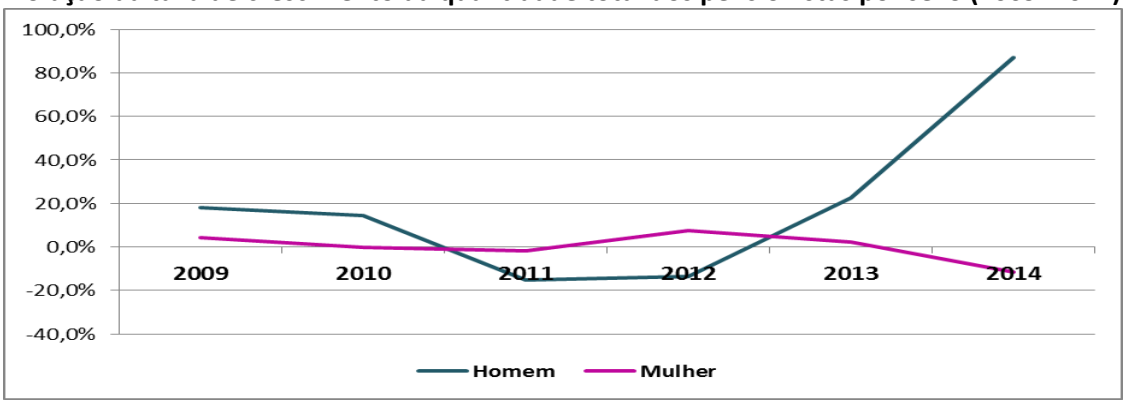
Pensionistas, por sexo (2008–2014)

Em mil

FAIXA ETÁRIA	Série histórica: Pensionistas													
	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ATÉ 24 ANOS	9,14	9,19	8,28	9,07	7,94	8,12	6,54	6,49	6,33	6,78	6,21	6,59	5,08	5,58
ENTRE 25 E 34 ANOS	1,55	2,20	1,41	2,22	1,26	1,98	1,06	1,51	1,11	2,80	1,29	2,92	1,80	2,77
ENTRE 35 E 54 ANOS	2,77	24,23	3,70	23,98	3,92	22,60	3,78	20,86	3,31	24,61	3,68	23,22	7,66	20,94
ENTRE 55 E 64 ANOS	2,13	29,27	3,03	31,22	4,07	31,46	3,51	31,92	2,78	33,12	3,69	32,65	7,72	30,56
ENTRE 65 E 74 ANOS	1,19	33,04	2,39	33,66	3,76	33,91	2,89	34,86	1,99	35,91	3,09	37,27	8,30	33,74
ENTRE 75 E 84 ANOS	0,84	23,51	1,76	25,68	2,60	26,47	2,10	26,72	1,34	27,71	2,35	29,81	7,13	24,51
MAIOR QUE 85 ANOS	0,44	6,55	0,76	7,52	0,83	8,42	0,77	8,45	0,96	9,65	1,50	11,56	3,10	9,30
Total	18,06	127,98	21,34	133,36	24,38	132,95	20,64	130,81	17,81	140,58	21,81	144,02	40,79	127,40

Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

FIGURA 5
Evolução da taxa de crescimento da quantidade total dos pensionistas por sexo (2009–2014)



Fonte: CGEAC/SURPC/SPREV/MF

4 - CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mostrado ao longo do presente trabalho, a previdência complementar é pouco disseminada no Brasil, atingindo uma proporção pequena dos trabalhadores, estando em patamar de cerca de 3,4% do total de ocupados, conforme estimativa feita a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2015. Uma das razões para atingir um contingente pequeno dos trabalhadores decorre do fato do teto do RGPS/INSS ser elevado para os padrões de rendimento brasileiro, com uma proporção limitada de trabalhadores ocupados que tenham renda acima do referido teto. Ademais, as regras nos RPPSs, com altas taxas de reposição, existência de benefícios com valores muito elevados, bem como integralidade e paridade tendem a diminuir a importância relativa da previdência complementar. Claro, contudo, que o fato de parcela relevante dos trabalhadores brasileiros ter baixo nível de rendimentos e pouca ou nenhuma capacidade contributiva também tende a atuar como um limitador para a expansão do regime de previdência complementar no Brasil.

De qualquer forma, a proposta de PEC 287/2016 de tornar obrigatória a instituição da previdência complementar para todos os RPPSs seria uma medida que traria impactos positivos não apenas sobre a previdência complementar, como também sobre a equidade entre trabalhadores do setor público e privado, distribuição de renda e sobre a situação fiscal e atuarial dos RPPSs (ver Costanzi e Ansiliero, 2017). Nesse sentido, parece também adequado debater qual seria o nível ou patamar ideal do RGPS/INSS tendo em vista considerações fiscais e distributivas. Do ponto de vista distributivo, é recomendável que as regras previdenciárias dos pilares públicos e obrigatórios garantam uma maior taxa de reposição para aqueles com menor renda e menor reposição para aqueles de maior rendimento.

Ademais da PEC 287/2016, a Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, estabeleceu entre as condições para adesão tanto a adoção pelo Regime Próprio mantido pelo Estado, no que couber, das regras previdenciárias disciplinadas pela Lei n^{o} 13.135, de 17 de junho de 2015 (em especial regras de pensão por morte), como também, quando cabível, a instituição de regime de previdência complementar.

Também deveria ser lógica a necessidade de estimular o crescimento da previdência complementar frente a um processo contínuo de incremento da

expectativa de sobrevida, não apenas ao nascer, mas também em idades mais avançadas que implicam, *ceteris paribus*, um aumento na duração da aposentadoria. Frente a esse processo, deveria ser lógico que há necessidade de aumento da poupança individual e coletiva como forma de buscar melhores condições de vida, em especial, para a população idosa.

Embora o tema não tenha sido explorado ao longo da nota, é absolutamente óbvio que um importante ponto na agenda de desenvolvimento da previdência complementar é a busca por aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas, até como forma de melhorar a prevenção de problemas que ocorreram recentemente em alguns fundos de pensão de empresas estatais.

O caráter mais limitado da previdência complementar e dos fundos previdência capitalizados no Brasil se observa, por exemplo, por meio de comparações internacionais. Enquanto o ativo total das entidades fechadas no Brasil caiu de 14,6% para de 12,7% do PIB[13], entre 2010 e 2016, há países que tiveram forte crescimento dos ativos de fundos capitalizados de previdência e, em 2016, o valor desses ativos já superavam ou eram próximos ao respectivo PIB como, por exemplo, Dinamarca (209%), Holanda (180,3%), Canadá (159,2%), Islândia (150,7%), Estados Unidos (134,9%), Suíça (126,6%), Austrália (123,9%), África do Sul[14] (100,6%) e Reino Unido (95,3%). Em 2016, os ativos dos fundos de pensão dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) atingiram o patamar de US$ 38,1 trilhões. As perdas de investimento resultantes da crise financeira foram recuperadas em quase todos os países da OCDE. Os ativos dos fundos de pensão têm crescido mais rápido que o PIB em 65 dos 73 países analisados em estudo da OCDE (2017), que abarca 31 países membros da OCDE e 34 países não pertencentes à OCDE. Os maiores aumentos, em % do PIB, ocorreram em países onde os ativos dos fundos de previdência ou pensão já tinham uma grande participação do PIB, mais especificamente, Dinamarca e Holanda, que foram os dois países com a maior taxa de expansão, com aumentos de 73 e 64 pontos percentuais do PIB, respectivamente, entre 2006 e 2016. No caso da Dinamarca, o crescimento foi de 136% para 209% do PIB entre 2006 e 2016 e, no caso da Holanda, o incremento dos ativos foi de 116% para 180,3% do PIB no mesmo período.

Voltando à discussão para o caso brasileiro, como colocado por Afonso (2015), deve-se pensar na ampliação da previdência complementar tanto pelo fato da poupança doméstica ser muito baixa, como também pela previdência social ostentar uma tendência a um grave déficit e o regime complementar fechado tender à maturidade. Segundo Afonso (2015), existe potencial para se ampliar a previdência complementar fechada e, dessa forma, também gerar impacto positivo na busca do desejado aumento da poupança familiar de longo prazo.

Enfim, com o aumento contínuo da expectativa de vida, em todas as idades, existe a necessidade de aumento da poupança que passa pelo maior desenvolvimento da previdência complementar, que constitui instrumento de proteção adicional ao trabalhador e mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo. O referido aumento da poupança pode ter impactos positivos sobre a capacidade de

[13] Afonso (2015) mostra, entretanto, que houve um desempenho muito melhor dos ativos da previdência aberta entre 2003 e 2014, que apresentam um crescimento relevante em porcentagem do PIB. Contudo, a maior parte dos ativos da previdência complementar ainda era das entidades fechadas.

[14] Dado da África do Sul para o ano de 2015. Ver dados no anexo.

investimento, bem como serve para diversificar as fontes de financiamento. No período de 2010 a 2013, a taxa de poupança bruta no Brasil ficou em torno de 18% do PIB. Tal nível, que já não era elevado, caiu ainda mais no período de 2014 a 2016, sendo que nos anos de 2015 e 2016, a taxa de poupança bruta no Brasil foi de apenas, respectivamente, 14,4% e 13,9% do PIB, ou seja, caiu para um patamar em torno de 14%. Tais dados reforçam a necessidade de buscar o aumento da poupança no país, e a expansão da previdência complementar pode desempenhar papel relevante nesse âmbito.

ANEXO ESTATÍSTICO

Total de Ativos em Fundos de Previdência/Pensão Capitalizados em % do PIB

País	2000	2006	2016
Dinamarca	93,5	136,0	209,0
Holanda	105,9	116,0	180,3
Canadá	112,8	122,1	159,2
Islândia	82,6	129,6	150,7
Estados Unidos	113,5	117,9	134,9
Suíça	101,4	108,4	126,6
Austrália	73,6	91,4	123,9
Reino Unido	67,7	76,8	95,3
Suécia	30,4	51,9	80,6
Chile	51,3	57,5	69,6
Finlândia	50,5	50,5	59,3
Israel	20,8	29,4	55,7
Irlanda	42,0	47,4	38,6
Japão	18,2	29,1	29,4
Coréia	6,7	6,8	26,9
Nova Zelândia	15,3	12,4	24,4
México	8,9	10,1	16,7
Estônia	0,0	4,7	16,4
Espanha	7,5	12,1	14,0
Portugal	10,7	14,5	10,8
Noruega	5,4	6,6	10,2
França	5,6	5,6	9,8
Itália	2,6	3,4	9,4
Polônia	1,3	11,1	9,3
Áustria	2,9	4,8	6,0
Alemanha	3,8	4,2	6,8
Turquia	0,4	0,7	4,8
Hungria	3,9	9,6	4,3
Luxemburgo	1,1	1,0	2,9
Grécia	0,0	0,0	0,7
África do Sul*		88,1	100,6
Namíbia			87,0
Cingapura			79,4
El Salvador		18,1	34,6
Croácia		5,6	26,0
Jamaica		17,5	25,8
Uruguai		13,4	22,6
Colômbia		11,3	22,5
Peru		16,0	21,0
Costa Rica		6,7	15,1
Bulgária		2,9	11,5
Tailândia		4,7	6,8
Rússia			6,1
Nigéria**		2,5	6,0
Hong Kong		27,3	38,3

Fonte: Elaboração com base em dados da OCDE. Dados de 2000 tem como base o *Pensions Outlook* de 2016 e de 2006. Dados de 2016 com base no *Pension Markets in Focus* de 2017. *Dados da África de Sul são de 2006 e de 2015. **Dados da Nigéria são de 2007 e de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, José Roberto (Coordenador). PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E POUPANÇA DOMÉSTICA: DESAFIOS GÊMEOS NO BRASIL. Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, 2015.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Poupança para o desenvolvimento: como a América Latina e o Caribe podem poupar mais e melhor. Editado por Eduardo Cavallo e Tomás Serebrisky, 2016.

Costanzi, Rogerio Nagamine e Ansiliero, Graziela. Nota Técnica DISOC/IPEA nº 40, Reformas nos Regimes de Previdência de Servidores Públicos Civis na OCDE e os Efeitos do Teto do INSS nos Regimes dos Servidores no Brasil, junho de 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/170630_nt40_disoc.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

INFORMATIVO MENSAL DA SUBSECRETARIA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/sppcinforme17.08.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017. Agosto de 2017.

OCDE. Pensions Outlook, edição de 2016, 2016.

_____. Pension Markets in Focus, edição de 2017, 2017.